

“MEDIADOR DO MODERNO”: TÉCNICO PAULISTA NA DIREÇÃO DA INSTRUÇÃO PÚBLICA PARANAENSE NOS ANOS VINTE DO NOVECENTOS

SOUZA, Gizele de – UFPR

GT: História da Educação / n.02

Agência Financiadora: Não contou com financiamento

O presente trabalho propõe-se a examinar as repercussões provocadas, especialmente pela imprensa local, em função da chegada de um técnico paulista para conduzir a inspetoria geral do ensino em 1920 no estado do Paraná e analisar por meio dessas, os significados que tal presença paulista produziram nesse cenário educacional paranaense. Os gestores do estado paranaense requereram das autoridades paulistas a autorização da vinda de um ‘técnico’ que assumisse a direção da sua inspetoria geral do ensino em 1920 a fim de dar a esta, ares e perspectivas de desenvolvimento educativo conforme se projetava na esfera paulista. A busca e conseqüente contratação de um técnico educacional paulista para ocupar a direção da instrução no Paraná ancorava-se no entendimento político-pedagógico de São Paulo representar no início do novecentos a condição de celeiro de novas práticas educativas decorrentes das reformas de instrução na virada do século XIX para o século XX.

A promessa republicana de “instruir e civilizar” por meio da escola produziu o entendimento de que, como emblema da instauração de uma nova ordem, a escola devia “fazer ver” e para isso devia “se dar a ver” — daí a grandiosidade e a magnitude dos edifícios, de seus materiais e mobiliário, a importância dos ritos e cerimônias, daí constituir uma “escola modelar”. (Carvalho, 1989, p. 23 e 25). As fontes consultadas nos arquivos paranaenses, sob forma de relatórios de governo, artigos de jornais e de revistas, apresentavam em geral a experiência da instrução paulista como “modelar” para os estados da Federação e a vislumbrava como guia para a sua organização educacional, mas com direito a críticas, resistências, aprovações e discordâncias do modelo referido. Admite-se que seria restritivo pensar em avaliar os impactos em si da presença de um técnico paulista em outras realidades estaduais, como a paranaense por exemplo, avaliando se as referências do modelo escolar paulista fizeram-se semelhantes ou não no Paraná, ou mesmo se as condições do estado paranaense permitiram ou não a aplicação de tal modelo. Sustenta-se que as possibilidades analíticas se ampliam ao se remeter à perspectiva de circulação e apropriação de idéias, modelos e práticas culturais, no sentido dado por Michel de Certeau em “A Formalidade das Práticas” na obra *A Escrita da História* (2000), que ao discutir a relação entre práticas e discursos, rejeita veementemente a solução imediata, como causa e efeito, “ela não é, evidentemente, redutível a uma causalidade imediata e unívoca. Numa sociedade, os símbolos coletivos e as ‘idéias’ não são nem ‘causa’ nem ‘reflexo’ das mudanças.” (Certeau, 2000, p.152). Certeau ao mencionar sobre ‘funcionamentos novos’, insiste na idéia da análise não linear entre as práticas e discursos:

(...) Ora, essas mudanças parecem se manifestar, ao nível das práticas, por uma série de *funcionamentos novos* que ainda não são acompanhados de expressões teóricas adequadas nem de esboço espetaculares. Entretanto, já as peças do conjunto começam a “girar” de outra maneira. O conteúdo das práticas não muda, mas muda o que eu chamo de sua formalidade. (CERTEAU, 2000, p.152-153, grifos do autor).

Um técnico paulista no leme da instrução paranaense: a repercussão na imprensa local

Cesar Prieto Martinez, de São Paulo, foi o técnico que assumiu em 1920 a Inspeção Geral do Ensino, com a incumbência de reformar o ensino público paranaense. Martinez assumiu o cargo na gestão do presidente do estado Caetano Munhoz da Rocha,¹ no quadriênio 1920-1924, que nomeou, para secretário geral de Estado, Marins Alves de Camargo, e como diretor geral do Ginásio Paranaense e da Escola Normal o professor Lysimaco Ferreira da Costa.²

A imprensa paranaense recebeu com otimismo a nova direção do governo estadual e afirmava que o ensino público merecia seriedade e prioridade. A avaliação do *Diário da Tarde* era que este tema do ensino público já havia sido tocado de perto no governo anterior, de Affonso Camargo — quando enviou missões de professores a São Paulo para receberem o preparo necessário para a modificação dos métodos de ensino, por exemplo — e projetava-se que “esse assunto continua a prender a atenção, estando prestes a receber impulso novo, que poderá beneficiar todas as populações patricias” (O ensino público no Estado, *Diário da Tarde*, 15 de março de 1920). A tradução deste “impulso novo” seria a chegada de um técnico paulista, cuja tarefa de reorganizar a instrução pública paranaense estava cheia de expectativas.

Ao que sabemos, já se acha contratado em São Paulo um técnico competente, educador experiente e que naquele grande Estado tem feito uma brilhante carreira, passando por todos os degraus do magistério, até chegar à direção de uma escola normal de mais renome. Espírito organizador, trabalhador sereno e seguro, lá no seu Estado tinha o melhor lugar, o melhor conceito e todas as portas francas para ascender em sua carreira, de acordo com suas obrigações (O ensino público no Estado, *Diário da Tarde*, 15 de março de 1920).

Mas a vinda de um técnico paulista para o Paraná não produziu reações unânimes. Em matéria sobre os destinos da instrução pública paranaense no jornal *O*

1 Caetano Munhoz da Rocha nasceu em Antonina em 14/5/1879. Em 1896, matriculou-se na Faculdade de Medicina no Rio de Janeiro, concluindo o curso em 1902. Em 1905, com o irmão Ildefonso Munhoz da Rocha, fundou a Munhoz da Rocha & Irmão, firma comercial de grande expressão no estado paranaense. Em 1904, foi eleito deputado ao Congresso Legislativo do Paraná para o biênio 1904-1905; foi reeleito para várias legislaturas. Em 1908, foi eleito prefeito de Paranaguá para o quadriênio 1908-1912; reelegeu-se para o período 1912-1916 e renunciou ao cargo em 1915. Foi eleito vice-presidente do Paraná para o quadriênio 1916-1920. Assumiu a presidência do estado em 1920-1924 e foi reeleito para 1924-1928 (cf. Coleção “Genealogia Paranaense” organizada por Francisco Negrão e ilustrações de Pedro Macedo. Curitiba: Imprensa Paranaense, 1926, 1º. volume, p. 246-248).

2 Lysimaco Ferreira da Costa, filho de Antonio Ferreira da Costa Filho e Maria José de Siqueira Costa, nasceu em 1883 em Curitiba. Em 1896, matriculou-se no Ginásio Paranaense e em 1903 concluiu o curso da Escola Preparatória e de Tática do Rio Pardo. Em 1906, tornou-se lente catedrático das cadeiras de Física e Química e, no mesmo ano, casou-se com Esther, com quem teve 11 filhos. O segundo matrimônio deu-se em 1920, com Maria Ângela, sua cunhada. Iniciou em 1907 a publicação de uma série de artigos sobre o ensino de Geometria e em 1912 matriculou-se na 1ª turma do curso de Engenharia da Universidade do Paraná. Em 1915, foi eleito lente catedrático de Mineralogia e Geologia Agrícolas no Curso de Agronomia anexo à Faculdade de Engenharia da Universidade do Paraná. Em 1916, foi nomeado para reger as cadeiras de Química Analítica e Química Agrícola e no ano seguinte substituiu o professor de Aritmética e Álgebra no Ginásio Paranaense. Em 1918, criou e dirigiu a Escola Superior Agrônômica do Paraná (que funcionava inicialmente no Ginásio Paranaense). Em 1920, foi diretor e lente de Pedagogia da Escola Normal. Em 1923, organizou o plano de reforma da Escola Normal do Paraná. Em 1924, foi membro fundador da ABE. Em 1925, deixava a Diretoria da Escola Normal para assumir a Inspeção Geral do Ensino. Em 1928, assumiu a Secretaria da Fazenda do Paraná. Faleceu em 1941 (cf. Costa, org., 1995).

Estado,³ afirmava-se não ser prudente da parte do presidente do estado deixar-se seduzir pela organização do ensino paulista. Apesar de o parabenizar pela proposta de “reconstruir” o ensino público, criando uma Inspeção Geral do Ensino e sancionando projeto de lei que dimensionava nova distribuição das escolas públicas do Estado, o editorial afirmava que o presidente Munhoz da Rocha não deveria se submeter à afamada organização paulista, porque se questionava se, de fato, esta traria condições reais de inovação e progresso.

O sr. dr. José Carlos de Macedo Soares, em uma série de vibrantes e muito bem fundamentados artigos no *O Estado de S. Paulo*, tem demonstrado à evidência que a instrução pública de S. Paulo consta somente de *escolas de fachadas*. Não traga o sr. Munhoz essa praga para aqui. Antes de tudo trate s. ex. da competência pedagógica do professor, que é a base fundamental do ensino e de sua moralidade (Instrução Pública, *O Estado*, 13 de março de 1920; grifos do texto original).

Constava que, na contratação de um profissional para o cargo de Inspetor Geral do Ensino em terras paranaenses, o responsável por intermediar as negociações entre o governo paranaense e o paulista havia sido o professor Lysimaco Ferreira da Costa. Um nome cogitado para assumir a direção do ensino no Paraná fora o de João Lourenço Rodrigues, e, em nota da revista *O Ensino*, relatava-se que este professor paulista teria sido convidado por Lysimaco a trabalhar no governo paranaense. “Em 1920 o Governo do Paraná incumbiu o Sr. Lysimaco Ferreira da Costa de convidar o professor João Lourenço Rodrigues para reformar o ensino público. Em vista de seus múltiplos afazeres, não pôde aceitar tão honrosa incumbência” (*O Ensino*, ano I, nº 3, p. 389, 1922). Mesmo que João Rodrigues não tenha aceitado o convite, a menção à possibilidade da sua vinda ao Paraná já provocara alvoroço e críticas de professores do estado. Em carta ao amigo Lysimaco Ferreira da Costa, datada de março de 1920, Trajano Sigwalt realizou longa avaliação negativa do estado da instrução pública no Paraná e teceu críticas à competência e à postura profissional de João Lourenço Rodrigues.

Outra medida mais que desastrada é a vinda do professor Rodrigues, de São Paulo. Conheci-o quando lá estive chefiando a missão paranaense. É um professor medíocre cujo único mérito é ter estado na América do Norte, mas que de modernos métodos pedagógicos pouco sabe e só teoricamente. É protegido dos governantes paulistas mas isto não é de utilidade para a causa da instrução da

3 Órgão do Partido Republicano Autonomista. Na época (1920), sua redação era chefiada por Menezes Doria e Octavio do Amaral.

infância paranaense e de mais a mais, o fato de vir para o Paraná por necessidade de outros ares para a sua saúde ganhando três contos de réis por mês para nada fazer é um verdadeiro assalto, acrescento que muitos professores superior a ele em ilustração e competência profissional não lhe podem ficar subordinados. Está doente, que se vá tratar. Consiga do seu Estado licença com vencimentos, está muito bem, mas não queira ganhar ilicitamente o dinheiro alheio (carta de Trajano Sigwalt a Lysimaco Ferreira da Costa, datada de 10 de março de 1920, acervo Lysimaco Ferreira da Costa).

Entende-se que um aspecto central desta crítica diz respeito à presença de um profissional paulista no comando da instrução em terras paranaenses.

Em cartas inéditas e manuscritas do acervo pessoal de Lysimaco Ferreira da Costa, encontram-se várias correspondências com João Lourenço Rodrigues, nas quais se pode apreender aspectos e dificuldades de localizar e liberar um técnico paulista para vir ao Paraná, bem como sobre as ações afeitas a este cargo. Curto bilhete de Rodrigues para Costa, datado de 6 de março de 1920, revela que o professor paranaense tratara do assunto diretamente com Rodrigues: este solicita que Lysimaco, em São Paulo, o aguarde por mais algum tempo, para que pudessem almoçar juntos (cf. bilhete de João Rodrigues para Lysimaco Ferreira da Costa, datado de 6 de março de 1920, acervo Prof. Lysimaco Ferreira da Costa).

Muitos nomes foram aventados de cá e de lá, como foi o caso da sugestão que João Rodrigues fez ao secretário geral de Estado do Paraná, Marins de Camargo, em favor de João Toledo, que declinou da oferta do cargo. Outro nome sugerido foi o do então diretor do Ginásio de Campinas, Amadeu Mendes; este, em carta redigida de sua fazenda São Bento e datada de 13 de março de 1920, respondeu a João Rodrigues, recusando o convite por motivo de negócios alheios ao ensino e também recomendando o professor João Toledo, que já havia se manifestado contrariamente (carta de Amadeu Mendes a João Rodrigues, datada de 13 de março de 1920, acervo Lysimaco Ferreira da Costa).

Outra possibilidade levantada por João Rodrigues para o posto na instrução paranaense foi o nome do professor Rubens Carvalho. Em carta a Lysimaco, datada de “26 – X – 1920”, Rodrigues apresentava este professor como um dos seus “discípulos” da Escola Normal. Afirmava que Carvalho era “um moço inteligente, criterioso, sério e bem preparado, falta-lhe ainda a experiência que só a idade ensina”, e por isso solicitava a Lysimaco que o colocasse “sob a égide da sua boa amizade” (carta de João Rodrigues para Lysimaco Ferreira da Costa, datada de 26 de outubro de 1920, acervo Lysimaco Ferreira da Costa).

Mas a indicação que passou a crescer foi a de Cesar Pietro Martinez, que ocupava naquele período o cargo de diretor da Escola Normal de Pirassununga. Em carta a Lysimaco da Costa, Rodrigues relatava parte da reunião que teria havido entre o secretário paulista, Oscar Thompson, com o professor Martinez sobre a possível tarefa de assumir a Inspeção no Paraná (carta de João Rodrigues para Lysimaco Ferreira da Costa, datada de 19 de março de 1920, acervo Lysimaco Ferreira da Costa). Informava, confidencialmente, que não seriam tão favoráveis as vantagens de Martinez na sua liberação para o Paraná, pois o secretário teria dito ao professor paulista que este não teria direito, durante o período servido no Paraná, a qualquer ordenado ou gratificação do estado de São Paulo. Apesar desta posição governamental, Martinez acenava positivamente sobre as condições oferecidas. Diante da anuência de Martinez, Rodrigues comunicou por escrito a Lysimaco Ferreira da Costa suas considerações quanto à presença deste técnico paulista em terras paranaenses (carta de João Rodrigues para Lysimaco Ferreira da Costa, datada de 19 de março de 1920, acervo Lysimaco Ferreira da Costa). Quanto à manutenção de Costa no posto de diretor da Escola Normal e do Ginásio Paranaense, sugeria Rodrigues que não entregasse seu cargo a Martinez; este deveria começar seu trabalho pela Escola Modelo e depois poderia até ocupar a cadeira de Psicologia Pedagógica e Métodos de Ensino na Escola Normal.

Assim, aos poucos, na qualidade de inspetor geral do Ensino, Martinez deveria visitar as escolas da Capital, conhecer o pessoal e aproveitar os melhores elementos para quando chegasse a oportunidade. Além disso, Martinez deveria designar para pequenas turmas os professores, os quais precisavam visitar a Escola Modelo, e, em seguida, também deveria fundar grupos, baseados nos moldes da escola paradigma. Outra sugestão era que o professor Lysimaco não passasse “a vara ao Martinez sem verificar praticamente o seu critério”. Por que Rodrigues orientava Lysimaco sobre tal prudência? A justificativa estava nas seguintes palavras de Rodrigues sobre a personalidade de Martinez: “Ele é de origem espanhola e, como bom meridional, poderá *atirar-se* mais do que convêm” (grifos do texto original). E dirigia o seguinte conselho a Lysimaco: “Seja, pois, o meu Amigo, ao lado dele, o que é o azoto ao lado do oxigênio.” As advertências de Rodrigues estavam ancoradas no convívio que já tivera, especialmente na condição de seu professor em 1898, com o professor paulista, do qual assumia ter sido o “revelador”. Por fim, Rodrigues punha toda a sua experiência à disposição de Lysimaco da Costa e dizia aguardar boas notícias para quando Martinez assumisse a Inspeção de Ensino no Paraná.

Em carta a Lysimaco da Costa, Martinez relatava que sua viagem para a Capital paranaense estava agendada para 6 de abril de 1920 (cf. carta de Cesar Martinez para Lysimaco Ferreira da Costa, datada de 13 de março de 1920, acervo Lysimaco Ferreira da Costa). Solicitava ao diretor do Ginásio Paranaense e da Escola Normal que providenciasse um adiantamento para as suas despesas de viagens, bem como de ordenado para que pudesse posteriormente ser descontado nos seus demais pagamentos.⁴ A nomeação de Martinez deu-se por meio do Decreto nº 474, de 13 de abril de 1920, conforme indica Ofício nº 47, em 17 de abril de 1920, da Inspeção Geral do Ensino do Paraná, dirigido ao diretor do Ginásio Paranaense e Escola Normal, Lysimaco Ferreira da Costa.⁵

Cesar Martinez afirmava que teve “a honra de ser o escolhido dentre inúmeros professores do meu Estado para desempenhar neste rico e prospero Paraná o cargo, em comissão, de Inspetor Geral do Ensino, com o fim especial de remodelar o aparelho escolar existente” (Relatório do inspetor geral do Ensino, Cesar Prieto Martinez, ao secretário geral de Estado do Paraná, Marins Alves de Camargo, 1921, p. 3). Justificava o aceite do convite pela necessidade que reputava “inadiável de se modificar o ensino em quase todos os Estados, que aceitei esta difícil incumbência. Animado pela firmeza de minhas idéias e confortado pela esperança de triunfar, deixei São Paulo em demanda dos pinheirais” (*O Ensino*, 1922, ano I, nº 2, p. 86).

A vinda de Martinez de São Paulo ao Paraná parece ter produzido posições díspares, algumas elogiosas, outras de resistência. Essas manifestações podem ser colhidas na imprensa local. Exemplo disto encontra-se em matéria do periódico *Paraná-Jornal*, de 22 de maio de 1920, intitulada “Campanha ingrata”. Nesta, a crítica era dirigida a um jornal, situado na época à rua Dr. Muricy, que estaria ridicularizando o governo de Munhoz da Rocha e as ações do inspetor geral do Ensino, Cesar Martinez, por meio de artigos sob a epígrafe “A Reforma do Ensino — o enviado especial inicia os seus trabalhos”.

Procuram destarte criar sérios embaraços à ação do inspetor contratado em S. Paulo para reformar o nosso ensino, e conseqüentemente sérios embaraços ao próprio Governo ao qual endossam maneiramente, de quando em vez, com umalouvaminha enojante... (Campanha ingrata, *Paraná-Jornal*, 22 de maio de 1920).

4 O valor solicitado por Martinez era de dois contos de réis: um conto, que deveria ser depositado em um banco ou casa comercial de São Paulo, seria para as despesas obrigatórias.

5 Este documento encontra-se no acervo de Lysimaco Ferreira da Costa, na cidade de Curitiba.

Segundo informava ainda a matéria em questão, a situação teria se agravado, pois foram espalhados boletins entre os professores do Interior e da Capital contra o inspetor geral do Ensino e “seu método instrutivo, procurando lançar a indisciplina no magistério público! Esses boletins foram profusamente espalhados, Estado em fora” (Campanha ingrata, *Paraná-Jornal*, 22 de maio de 1920).

Contrariamente à situação revelada acima, o jornal *A República*,⁶ em matéria de junho de 1920, enaltecia o inspetor Cesar Martinez. O editorial informava que havia sido reorganizada a Associação dos Professores Públicos do estado, em solenidade no Palácio da Instrução Pública, em 16 de junho de 1920,⁷ e que esta entidade resolvera homenagear aquele que estava dirigindo os rumos da instrução paranaense. O inspetor Martinez proferiu discurso, publicado na íntegra pela *A República*, para chamar a atenção dos leitores quanto à “pureza e segurança das intenções” de que se revestia essa “peça” textual, e pela “alta idoneidade moral e profissional desse preclaro espírito de resolução e de ordem que ora dirige a instrução pública paranaense” (O nosso professorado primário fundou ontem uma associação e prestou uma justa homenagem ao prof. César Pietro Martinez, *A República*, 17 de junho de 1920).

Afora os cumprimentos pela homenagem recebida, Martinez aproveitou a oportunidade para expor seu programa de trabalho. Quanto à alfabetização, entendia que esta habilitava a pessoa à leitura, mas não ao poder preciso de distinguir o bom do mau livro, a sã doutrina daquela corrompida; para isto, era necessário “tornar completa a educação pela formação do raciocínio que conduz à verdade e pelo hábito [...] pode encontrar essa mesma verdade”. E por conta disso, Martinez defendia que a escola fornecesse educação integral, completa. Para o inspetor, a escola era “um viveiro de homens”, e o significado de tal afirmação era de que o homem seria uma síntese de propriedade físicas, intelectuais e morais; acreditava que era preciso que esse viveiro, a escola, proporcionasse à “grande seara humana unidades que se harmonizam na formação do todo” (O nosso professorado primario fundou hontem uma associação e prestou uma justa homenagem ao prof. César Pietro Martinez, *A República*, 17 de junho de 1920). Nas palavras do inspetor geral do Ensino, seu modo de entender a luta contra o analfabetismo

6 Órgão do Partido Republicano Paranaense. Na época, administração e propriedade de A. Freitas & Cia.

7 A entidade fora organizada na década de 10 do Novecentos, sob o nome de Agremiação dos Professores Públicos do Estado. A Associação era provisoriamente dirigida pela comissão integrada pelos professores Heitor Borges de Macedo (presidente), Nelson Mendes (secretário) e Carlos Pedroso (tesoureiro), segundo informa *A República*, de 17 de junho de 1920. O ressurgimento desta associação era comemorada em artigo do *Diário da Tarde*, intitulado “Ressurge o gremio dos professores públicos”, de 18 de fevereiro de 1921.

teria “a sua vitória quando cada escola souber ser uma verdadeira escola”. Isto significava que a simples leitura não deveria representar o ideal em relação à instrução popular. As ações projetadas pelo inspetor frente a tal problema eram divulgar palestras e circulares sobre métodos de ensino, condenar a redução das séries do ensino e, quando não se fosse possível atender a todos com uma instrução ‘completa’, ensinar ao menos “a ler e escrever e a contar, onde não pudermos fazer mais” (Relatório do inspetor geral do Ensino, Cesar Pietro Martinez, ao secretário geral de Estado do Paraná, Marins Alves de Camargo, sobre o ano de 1921, *O Ensino*, Curitiba, Inspeção Geral do Ensino, ano I, nº 2, p. 105, 1922).

Em matéria do *Diário da Tarde* sob o título “O professorado público estadual está exausto”, a crítica voltava-se para a carência de método nas ações de reforma do inspetor do Ensino. Em que consistia tal crítica? A resposta de Gastão Faria, que assinava a matéria, era que, se o ilustre professor paulista que dirigia naquele momento o ensino paranaense tinha “propósito sadio de trabalhar”, o problema era o modo que estava realizando este desígnio, sem “coordenação lógica”. Para ilustrar a crítica, o colaborador do *Diário da Tarde* descrevia a atuação de Martinez:

Depois de iniciar o problema da reforma por meio de ofícios e de conferências, elementos estes passageiros para um trabalho de tamanho alcance social, concertou, ali na sede da Profilaxia Rural, a fundação de um curso prático de higiene, destinado aos professores públicos do Estado (O professorado público estadual está exausto, *Diário da Tarde*, 29 de outubro de 1920).

Esta situação de julgamento desfavorável e de censuras à conduta de Martinez em sua reforma de ensino no Paraná atingiu para além das demarcações territoriais do estado e foram objeto de correspondência entre João Rodrigues e Lysimaco Ferreira da Costa. Em correspondência classificada como “confidencial” por Rodrigues, em resposta a carta do amigo Lysimaco de 28 de outubro de 1920, tratava do “caso Martinez” e relatava que havia tentado expor a situação a Oscar Thompson, mas este preferira se manter à margem do caso, não se dispondo a intervir. A pergunta feita por Rodrigues era: “Acha que ficará mal colocado perante o Governo do Paraná pelo fato de ter levado para ali o Martinez, a quem faltava idoneidade moral?” A posição que assumia diante de tal problema e sugeria ao seu amigo Lysimaco era de que, em primeiro lugar, não estaria provada culpa e, mesmo que assim estivesse, não poderia ser atribuída ao professor Lysimaco, dadas as elogiosas informações que recebera sobre Martinez, inclusive de Thompson (carta de João Rodrigues para Lysimaco Ferreira da

Costa, datada de 4 de novembro de 1920, acervo Prof. Lysimaco Ferreira da Costa).

Em outra matéria do jornal *Comércio do Paraná*, de 1921, pode-se apreender que uns dos tópicos das ferozes críticas à gestão de Martinez no Paraná era de que este não teria partido de um plano geral preconcebido na remodelação da instrução pública no estado, mas realizava “a golpes de portarias e a arroubos de palavrórios de suas famosas palestras” Faltava o entendimento de uma reforma geral, total, de uma revisão dos processos de ensino primário, e de que, para isso, a Escola Normal deveria ser forçosamente o ponto de partida. (Questões do ensino, *Comércio do Paraná*, 14 de abril de 1921).

A ausência de método na orientação da reforma comandada por Cesar Martinez no Paraná estaria produzindo, segundo a avaliação deste periódico, um estado caótico e anárquico na instrução pública, bem como resistências de professores pela imposição de método analítico no trabalho docente. “A orientação caótica que preside a nossa instrução pública, pode ser sintetizada em derradeiro turno, numa ridícula manta de retalhos, de tecidos e cores os mais diversos” (O ensino público, *Comércio do Paraná*, 5 de abril de 1921).

A imprensa também noticiou protesto dos alunos do Ginásio Paranaense contra Martinez. Os estudantes realizaram um grande comício, e tomaram a palavra, em nome dos discentes, José Martins Lopes e Gastão de Alencar, os quais expuseram as péssimas condições em que se encontrava o ensino. Os manifestantes, segundo informava o *Comércio do Paraná*, rumaram até a praça Tiradentes, em seguida até a redação do jornal — para solicitar o apoio da imprensa ao protesto dos estudantes — e por fim até a r. 15 de Novembro (cf. Manifestação de estudantes, *Comércio do Paraná*, 1921).⁸

Sistema Modelar: estratégias de circulação de idéias e modelos

Reforça-se aqui a idéia de que as considerações sobre a relação do Paraná com São Paulo devem ser pensadas no bojo de uma prática habitual utilizada nas primeiras décadas do século XX, nas quais viagens de estudo de professores ao estado de São Paulo e o empréstimo de técnicos paulistas eram ações de que o Paraná, como outros estados, lançaram mão no decorrer dos primeiros anos do Novecentos e passaram a ser “rotinas administrativas na hierarquia das providências com que os responsáveis pela Instrução Pública [...] tomam iniciativas de remodelação escolar na Primeira República”

⁸ O recorte de jornal encontra-se no acervo da biblioteca do prof. Lysimaco Ferreira da Costa, e só há indicação do ano em que foi publicada a notícia.

(Carvalho, 2000, p. 226). O que estava em jogo eram acordos políticos entre os governos de São Paulo e os de outras unidades da Federação, aquilo que a pesquisadora citada ilustrou como a estratégia do jogo político presente nos anos 20, na disputa oligárquica de abrir espaço para a intervenção técnica dos profissionais da educação como “mediadores do moderno”, iniciativas que projetavam os promotores das reformas no cenário nacional.

Era assim que a pedagogia dos técnicos convidados para intervir nas rotinas escolares, reformando os sistemas de instrução pública, embutia promessas de modernização social, política e econômica. Nesse jogo oligárquico são os governantes de São Paulo, direta ou mediadamente por meio de seus representantes na Presidência da República, que distribuem benesses a seus aliados eleitorais. Punham à disposição os seus “técnicos”, homens cuja experiência na institucionalização do sistema escolar paulista os havia credenciado como portadores de um saber vazado nos preceitos da “pedagogia moderna” (Carvalho, 2000, p. 233-234).

No Paraná, utilizou-se deste recurso, designando-se professores e autoridades do governo para viagens comissionadas a São Paulo e contando-se com a presença de técnico paulista na direção da Instrução Pública do estado nos anos 20. Essas comitivas governamentais aconteceram em diferentes anos no decorrer das décadas de 10 e 20 do Novecentos, por vezes com finalidades específicas, e produziram repercussões diferenciadas junto ao professorado, às autoridades governamentais e à imprensa local.

Observou-se que São Paulo representava, aos olhos das autoridades paranaenses, o “modelo” a ser seguido na busca pela civilização do seu povo, face aos destacados resultados obtidos e divulgados das reformas por lá empreendidas. Seria inconcebível, diante das fontes, minimizar a ressonância que São Paulo provocou em terreno paranaense, assim como afirma Rosa Fátima de Souza em outros estados brasileiros com relação à instrução, como Santa Catarina, Goiás, Sergipe, Pernambuco, Piauí, Acre. (Souza, 1998, p.61). São provas dessa estreita relação o envio de professores e autoridades do ensino em viagens comissionadas a São Paulo e as referências ao mobiliário, as indicações dos métodos aplicados nos grupos escolares e jardins-de-infância.

Com Marta Carvalho (2000) define-se “sistema modelar” em duplo sentido: “na lógica que presidiu a sua institucionalização e na força exemplar que passa a ter nas iniciativas de remodelação escolar de outros estados” (Carvalho, 2000, p. 225). Abreviadamente, o sistema modelar pressupunha a presença dos seguintes elementos: a

“Escola Modelo”; o “grupo escolar”; o “ensino intuitivo”; a “seriação do ensino”; as práticas pedagógicas concentradas em torno da “visibilidade”, da “imitabilidade”, da “demonstração”, das “aulas-modelo”; a “inspeção técnica”; os dispositivos entendidos como necessários “à institucionalização do sistema de ensino que a propagação do modelo pretendia assegurar” (Carvalho, 2000, p. 225).

Reforça-se a idéia de que o estado do Paraná ao utilizar-se de inúmeras estratégias para estar em consonância com as perspectivas divulgadas e avaliadas como ‘modernizadoras’ da instrução pública republicana, tendo a reforma paulista como referência no cenário nacional da época - seja por meio do envio de professores e da requisição de técnicos na organização do seu sistema estadual de ensino, seja na utilização de mobília e materiais pedagógicos provenientes desse lugar de referência - apropriou-se de idéias, modelos e práticas em circulação, não somente em São Paulo, mas na Europa e nos Estados Unidos, que produzem um repertório diverso, contraditório, interessante de possibilidades de adoção, rejeição, reinvenção, adequação, enfim de apropriação desse repertório de práticas educativas, de práticas culturais.

Nesse sentido, entende-se adequada à recorrência a Roger Chartier, ao texto “Los Manuais de Civilidad. Distinción y Divulgación: la civilidad y sus libros” (1993), no qual apreende-se que para Chartier, práticas de ‘representação’ são sempre, práticas de ‘apropriação’.

A apropriação, a nosso ver, vis uma história social dos usos e das interpretações, referidas a suas determinações fundamentais e inscritas nas práticas específicas que as produzem. Assim, voltar a atenção para as condições e os processos que, muito concretamente, sustentam as operações de produção do sentido (na relação da leitura, mas em tantos outros também) é reconhecer, contra a antiga história intelectual, que nem as inteligências nem as idéias são desencarnadas, e, contra os pensamentos do universal, que as categorias dadas como invariantes, sejam elas filosóficas ou fenomenológicas, devem ser construídas na descontinuidade das trajetórias históricas. (CHARTIER, 1993, p.180)

Referências Bibliográficas

CARVALHO, Marta Maria Chagas de. *A escola e a República*. São Paulo: Brasiliense, 1989.

_____. Reformas da Instrução Pública. In LOPES, Eliane M. T., FARIA FILHO, Luciano M. & VEIGA, Cynthia G., orgs. *500 anos de educação no Brasil*. Belo Horizonte: Autêntica, 2000, p. 225-251.

CERTEAU, Michel de. A Formalidade das Práticas: do sistema religioso à ética das Luzes (XVII-XVIII). *A Escrita da História*. Tradução de: Maria de Lourdes Menezes e

Revisão técnica de: Arno Vogel. 2.^a ed., Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000, p. 152-208.

COSTA, Maria José F. F. (org). *A dimensão de um homem: Lysimaco Ferreira da Costa, o educador*. Curitiba: Imprensa da UFPR, 1995.

CHARTIER, Roger. Los Manuais de Civilidad. Distinción y Divulgación: la civilidad y sus libros. In: *Libros, lecturas y lectores en la Edad Moderna*. Madrid: Alianza Editorial, 1993, p. 246-283.

Coleção “Genealogia Paranaense” organizada por Francisco Negrão e ilustrações de Pedro Macedo. Curitiba: Imprensa Paranaense, 1926, 1.^o volume, p. 246-248).

SOUZA, R. F. de. *Templos de civilização: a implantação da escola primária graduada no Estado de São Paulo (1890-1910)*. São Paulo: Ed. da Unesp, 1998.

Artigos da imprensa:

O ensino publico no Estado, *Diário da Tarde*, 15 de março de 1920.

Instrução Publica, *O Estado*, 13 de março de 1920; grifos do texto original.

Campanha ingrata, *Paraná-Jornal*, 22 de maio de 1920.

O nosso professorado primário fundou ontem uma associação e prestou uma justa homenagem ao prof. César Pietro Martinez, *A República*, 17 de junho de 1920.

O nosso professorado primario fundou hontem uma associação e prestou uma justa homenagem ao prof. César Pietro Martinez, *A República*, 17 de junho de 1920.

O professorado publico estadual está exausto, *Diário da Tarde*, 29 de outubro de 1920.

Questões do ensino, *Comércio do Paraná*, 14 de abril de 1921.

O ensino público, *Comércio do Paraná*, 5 de abril de 1921.

Manifestação de estudantes, *Comércio do Paraná*, 1921.

Artigos de Revistas:

O Ensino, 1922, Curitiba, Inspeção Geral de Ensino. anno I, n. 1 a 3.

O Ensino, 1924, Curitiba, Inspeção Geral de Ensino anno III, n. 1.

Correspondências:

Carta de Trajano Sigwalt a Lysimaco Ferreira da Costa, datada de 10 de março de 1920, acervo Lysimaco Ferreira da Costa.

Bilhete de João Rodrigues para Lysimaco Ferreira da Costa, datado de 6 de março de 1920, acervo Prof. Lysimaco Ferreira da Costa.

Carta de Amadeu Mendes a João Rodrigues, datada de 13 de março de 1920, acervo Lysimaco Ferreira da Costa.

Carta de João Rodrigues para Lysimaco Ferreira da Costa, datada de 26 de outubro de 1920, acervo Lysimaco Ferreira da Costa.

Carta de João Rodrigues para Lysimaco Ferreira da Costa, datada de 19 de março de 1920, acervo Lysimaco Ferreira da Costa.

Carta de João Rodrigues para Lysimaco Ferreira da Costa, datada de 19 de março de 1920, acervo Lysimaco Ferreira da Costa.

Carta de Cesar Martinez para Lysimaco Ferreira da Costa, datada de 13 de março de 1920, acervo Lysimaco Ferreira da Costa.

Carta de João Rodrigues para Lysimaco Ferreira da Costa, datada de 4 de novembro de 1920, acervo Prof. Lysimaco Ferreira da Costa.

Relatórios e decretos

Relatório do inspetor geral do Ensino, Cezar Pietro Martinez, ao secretário geral de Estado do Paraná, Marins Alves de Camargo, sobre o ano de 1921. *O Ensino*. Curitiba, Inspeção Geral do Ensino, ano I, nº 2, p. 105, 1922.

Relatório do inspetor geral do Ensino, Cezar Prieto Martinez, ao secretário geral de Estado do Paraná, Marins Alves de Camargo, 1921.

Decreto nº 474, de 13 de abril de 1920, conforme indica Ofício nº 47, em 17 de abril de 1920, da Inspeção Geral do Ensino do Paraná, dirigido ao diretor do Ginásio Paranaense e Escola Normal, Lysimaco Ferreira da Costa.